



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ CAMPUS
HERÓIS DO JENIPAPO LICENCIATURA EM HISTÓRIA



IDALICE DE ALMEIDA ABREU

**REFLEXÕES SOBRE A CRIANÇA EM CAMPO MAIOR (PI) NO SÉCULO XX:
INFÂNCIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR**

CAMPO MAIOR-PI 2025

IDALICE DE ALMEIDA ABREU

**REFLEXÕES SOBRE A CRIANÇA EM CAMPO MAIOR (PI) NO SÉCULO XX:
INFÂNCIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito obrigatório para a conclusão do Curso de Licenciatura em História, da universidade Estadual
do Piauí, Campus Heróis do Jenipapo

Orientadora: Prof. Drª. Mara Lígia Fernandes Costa

**CAMPO MAIOR-PI
2025**

A162r Abreu, Idalice de Almeida.

Reflexões sobre a criança em Campo Maior (PI) no século XX:
infância e educação escolar / Idalice de Almeida Abreu. - 2025.
58f.: il.

Monografia (graduação) - Curso de Licenciatura em História,
Universidade Estadual do Piauí, 2025.
"Orientador: Profª. Dra. Mara Lígia Fernandes Costa".

1. Infância. 2. Educação. 3. Desigualdade. I. Costa, Mara Lígia
Fernandes . II. Título.

CDD 900

IDALICE DE ALMEIDA ABREU

**REFLEXÕES SOBRE A CRIANÇA EM CAMPO MAIOR (PI) NO SÉCULO XX:
INFÂNCIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito obrigatório para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História, da universidade

Estadual do Piauí, Campus Heróis do Jenipapo

Orientadora: Prof. Dr^a. Mara Lígia Fernandes Costa

Aprovada em: 30/06/2025
Nota: 9,0

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Mara Lígia Fernandes Costa Universidade Estadual do Piauí
(Orientadora)

Prof^a M^a Vilmara da Silva
Universidade Estadual do Piauí
(Examinador)

Profº. Me. Ernani José Brandão Junior Universidade Estadual do Piauí
(Examinador)

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus por nunca me desamparar, em segundo a minha mãe Lúcia Gomes e meu pai Domingos Pereira, pois mesmo com todas as dificuldades sonharam esse sonho junto comigo para que se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por nunca ter me desamparado, ter me dado forças, discernimento e paciência durante esses quatro anos de curso pois não foram fáceis. Agradeço a mim mesma, que diante de todas as dificuldades, crises e medos fui forte e persisti até o último período.

Aos meus pais Lúcia Gomes e Domingos Pereira que são meus alicerces e minha maior fonte de inspiração, mesmo eles não tendo a oportunidade que tive nunca mediram esforços para que eu tivesse uma educação de qualidade e com todas as dificuldades me permitiram ter o direito de estudar. Obrigada mãe e pai, se hoje estou concluindo esse curso é graça a eles, portanto essa vitória é mais deles do que minha pois o meu papel é sempre honrar e dar orgulho aos meus pais, então deixo aqui minha eterna gratidão.

Agradeço também minhas irmãs: Ana Rosa Almeida e Livia Almeida, manas obrigada por acreditarem em mim e serem meu suporte em todos os momentos em que pensei em desistir, obrigada por cada palavra de conforto. Agradeço aos meus sobrinhos: Deyvid Lucas, Maria Cecília e Danilo Heitor, por todo suporte emocional, cada abraço em meio as noites difíceis de estudo o sorriso de vocês foram meu combustível durante todo momento de angústia.

Agradeço também a minha amiga Glinia por cada conversa e apoio durante esses quatro anos, em muitas noites de estudos as nossas conversas foram essenciais. Quero também agradecer aos amigos que fiz durante esse período de estudo na UESPI, em especial: Natália Sousa que foi minha duplinha desde o início, Karlyane Lima, Amanda Veras e Karoline Campelo, vocês foram essenciais para deixar todo esse processo mais leve, meus mais sinceros reconhecimentos.

Também quero deixar registrado meus agradecimentos a todos os professores, mestres e doutores que contribuíram significativamente para minha formação acadêmica, cada conteúdo e aula ministrada foram essenciais para o meu desenvolvimento.

Aos entrevistados, Maria Fernandes, Avelina Cunha, Domingos Pereira e Silvia Melo, obrigado pois sem as contribuições valiosas em cada entrevista não teria sido capaz de fazer um trabalho pertinente. A Dona Silvia Melo minha eterna gratidão também por todo o apoio, cada livro, mensagem, áudio, paciência e esforço, esse trabalho também só foi possível por você.

Por último, porém um dos pilares mais importantes para a realização deste trabalho, quero deixar meu eterno agradecimento a minha orientadora, profª. Drª. Mara Lígia, obrigada por cada momento, correção, apoio e paciência. Obrigada por ter acreditado em mim e no meu trabalho, mesmo tendo assumido essa orientação já no meio do percurso, nunca deixou de ofertar um olhar atento e sugestões valiosas e com todo profissionalismo e sensibilidade contribuiu imensamente para a finalização deste trabalho de conclusão de curso, obrigada.

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo explorar o desenvolvimento histórico e social da infância no estado do Piauí durante o século XX, com destaque para o município de Campo Maior. A abordagem dessa pesquisa contempla a ideia de que a infância é uma condição histórica ajustada por transformações sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais. Para se obter êxito, este trabalho consiste em uma metodologia voltada para o uso de pesquisas bibliográficas, documentais como também da presença da história oral, através de entrevistas com habitantes da região de Campo Maior que experienciaram a infância nas décadas de 1920 a 1970. A análise de dados evidenciou que as crianças podiam sofrer consequências negativas pelo contexto das desigualdades ao acesso à educação, assinalado por gênero e classe social, dessa forma ao mesmo tempo em que meninos de elite usufruíam do prazer de uma boa infância, como ter acesso a lazer e possuir um ensino formal, diversas outras em situação de pobreza eram inseridas no trabalho a fim de contribuir com a economia da família. Este estudo tem como intuito contribuir com o enaltecimento da memória social e da compreensão dos direitos essenciais para a infância, exaltando os direitos que garantem que uma criança tenha de fato uma infância.

Palavras-chave: Infância; Educação; Desigualdade; Campo Maior.

ABSTRACT

This work aims to explore the historical and social development of childhood in the state of Piauí during the 20th century, with a special focus on the municipality of Campo Maior. The approach of this research is based on the idea that childhood is a historical condition shaped by social, economic, political, educational, and cultural transformations. To achieve its goals, this study adopts a methodology that involves bibliographic and documentary research, as well as the use of oral history through interviews with residents of the Campo Maior region who experienced childhood between the 1920s and 1970s. Data analysis revealed that children could suffer negative consequences due to inequalities in access to education, characterized by gender and social class. Thus, while elite children enjoyed the pleasures of a good childhood, such as access to leisure and formal education, many others living in poverty were forced to work to contribute to the family economy. This study aims to contribute to the enhancement of social memory and the understanding of essential childhood rights, highlighting the rights that guarantee a child a true childhood.

Keywords: Childhood; Education; Inequality; Campo Maior.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O surgimento da infância	14
2.1 A infância na visão de Philippe Ariès	14
2.2 A infância no Brasil	17
2.3 A infância no Piauí	22
3 A educação destinada às crianças	31
3.1 Educação da criança campomaiorense	33
3.2 A educação da criança de elite	42
3.3 A educação da criança do campo	47
4 Considerações finais	54
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar o processo social e histórico sobre o surgimento da infância, buscando fontes pertinentes para compreender como a infância começou a ganhar espaço na sociedade desde a idade média até os dias atuais, pois a infância foi adquirindo direitos em um processo lento, passando por transformações políticas, econômicas e sociais. Para isso, torna-se de suma importância compreender o atual conceito de infância e entender que este significado foi se moldando no decorrer dos anos, em muitos momentos da história, como será mostrado no decorrer dos capítulos, as crianças não possuíam direitos e eram vistas apenas como pequenos adultos. No Brasil, principalmente no Piauí, a edificação de infância foi se delineando de forma desigual representando a hierarquia de classe, gênero e raça em particularidade de cada região.

Como desde muito pequena tive acesso a uma educação de qualidade e também direito a uma infância sem obrigações trabalhistas, pode brincar, me dedicar aos meus estudos e desfrutar de outros pequenos prazeres da vida, como passear com amigos. Mas, com o passar dos anos passei a ter um maior entendimento sobre a vida e percebi que os direitos da minha infância dos quais eu tanto usufrui nem sempre existiram.

A partir desta nova visão comecei a perguntar aos meus pais sobre a sua infância. Como era a infância na época em que eles eram crianças, nas décadas de 1950 a 1970, que foi no momento em que vivenciaram essa face da vida deles por qual motivo eles não tinham finalizado os estudos, com realidades diferentes. Minha mãe então relatou que desde nova teve que se inserir no mercado de trabalho pois vinha de uma família de origem pobre e para se manter procurou meios para isso deixando assim o estudo de lado. Já meu pai, tinha uma mãe professora, porém por ser o irmão mais velho tinha que ajudar seu pai na fazenda para manter os outros irmãos juntamente com seus pais. Em relação a todo suporte e privilégios que tive na minha infância, pude observar que meus pais não tiveram a oportunidade de também ter essas regalias por viverem em uma sociedade hierarquizada e em situação de vulnerabilidade econômica, não podendo dessa forma usufruir de oportunidades parecidas com as minhas.

Por esse motivo tomei a iniciativa de pesquisar sobre esta temática, para que assim como eu outras pessoas possam ter a noção do quanto importante é esta fase da vida a qual deve ser preservada e vivenciada de forma adequada, como também mostrar aos leitores todo processo que a infância teve que passar ao longo da história até possuir os direitos que tem em dias atuais. Este trabalho também é uma forma de homenagear meus pais que com grandes esforços moldaram meu caminho até aqui.

Dessa forma o recorte temporal deste trabalho aplica-se no século XX, em destaque os anos de 1920 a 1970. Este período foi marcado por transformações importantes nas políticas educacionais, como o decreto estadual piauiense nº 1.301/1931, considerando um avanço nas políticas públicas educacionais para o Estado, pois visava oferecer o ensino aos piauienses. Para uma melhor contextualização, o trabalho de pesquisa traz uma breve explanação histórica referente ao século XIX e ao período medieval com o objetivo de entender o processo social da formação da infância, a partir dos estudos **História Social da Criança e da Família** de Philippe Ariès.

Em relação ao recorte espacial este está delimitado ao estado do Piauí, com ênfase a cidade de Campo Maior, como forma de abordar as experiências vividas pelos meus genitores como já citado, mas também pelo fato do assunto ser pouco abordado na região fazendo com que esta análise seja relevante e contribua consideravelmente para o enriquecimento da memória social da cidade de Campo Maior.

A infância nem sempre foi uma fase da vida distinta enquanto circunstância social e histórica, por muito tempo as crianças foram tratadas como um adulto em miniatura tendo sua infância usurpada, diante disso é pertinente fazer um estudo pois foi durante esse período medieval que começou a surgir os primeiros conceitos do que seria a infância se tornando uma fase da vida, como relatam os estudos de Philippe Ariès. É relevante fazer essa abordagem tendo em vista que embora pareça estar distante do contexto piauiense, ele serve de base para entender como surgiu a infância e como ela foi ganhando espaço tanto educacionalmente, politicamente e socialmente, e também identificar como a Igreja se fez presente na formação do sentimento de infância.

Outra abordagem necessária para a compreensão será a transição do período colonial, imperial e republicano no Brasil, sendo abordada logo no

primeiro capítulo, visto que cada fase é importante para o processo de esclarecimento do surgimento da infância. Neste recorte teórico, será possível analisar o período colonial, o qual as crianças viviam em condições escravistas e de maneira hierarquizada, como também viviam sobre domínio dos ensinamentos da Igreja.

No Brasil Imperial a infância continuava sendo marcada por desigualdade, onde os filhos das pessoas da elite tinham mais espaços que a criança negra e pobre além de a educação ser distinta entre os meninos e meninas. Com o início da república a infância vai ganhando espaço, tanto com a chegada da educação pública fornecendo ensino formal, como também de decretos que ajudaram a preservar a integridade da criança pobre.

No primeiro capítulo será analisado o estado do Piauí, pois o processo social da infância também refletia no estado diante das desigualdades em que o país se encontrava. A estruturação da infância piauiense foi marcada por fatores como o forte domínio da Igreja Católica, com restrições econômicas que limitou o acesso a educação de muitas crianças que viviam no estado, além de limitar direitos básicos como uma saúde de qualidade e até mesmo o lazer tirando a oportunidade de terem os privilégios de serem criança já que eram inseridas muito cedo ao trabalho, especificamente na agricultura que era o maior meio de renda do estado. Conforme a classe social das famílias piauienses, a cor ou o gênero, as experiências infantis mostravam variação, marcando uma desigualdade favorecendo alguns e tornando difíceis para outros. Diante disso, é de grande relevância abordar e entender como essas individualidades contribuíram para o reconhecimento da infância como fase da vida também no contexto do estado do Piauí.

Após análise histórica de como se demarcou o processo histórico e social da infância, o segundo capítulo trará uma abordagem sobre a educação especificamente na cidade de Campo Maior. O principal objetivo neste capítulo é entender como o município acompanhou as transformações em que o país passava no que se trata dos direitos infantis à escolarização, buscando entender como as leis educacionais e políticas influenciaram na formação escolar das crianças da região. Além de evidenciar como a educação era destinada às crianças de realidades diferentes, como a educação formal chegava a criança da elite e a do campo, mostrando as realidades dentro da cidade.

Com base no que foi abordado a pesquisa em questão teve como metodologia uma abordagem qualitativa de caráter histórico, que busca entender as mudanças na construção da infância no estado do Piauí, com eixo no município de Campo Maior. Dessa forma foi aplicada uma metodologia fundamentada em três aspectos essenciais, com pesquisa bibliográfica tendo como base obras consolidadas sobre a história da infância e da educação e suas transformações ao longo do século XX, autores como Philippe Ariès, Mary Del Priore, Gilberto Freyre, Irene Rizzini, Miridan Falci, Pedro Vilarinho Castelo Branco, entre outros com o intuito de analisar e compreender os contextos que delineou a infância em distintos períodos históricos.

Outra metodologia essencial para desenvolver este trabalho foi a de pesquisa documental, onde foram utilizados decretos, como o aplicado pelo governo do Landry Sales Gonçalves no ano de 1931, constituições, leis educacionais como exemplo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, jornais desativados como o **A Luta** fundado em 1967 na cidade de Campo Maior, além de fotografias pessoais, que ajudaram a moldar um trabalho pertinente sobre a educação na cidade de Campo Maior.

Para além das metodologias destacadas também é de suma importância ressaltar a relevância da abordagem feita através da história oral e memória, considerando a complexidade e a profundidade do tema investigado e deste modo garantindo um pensamento crítico e enriquecendo o rigor científico da pesquisa, tendo como apoio teórico, Verena Alberti, Paul Thompson e Michael Pollak, foram realizados entrevistas com moradores de Campo Maior, em destaque: Avelina Rosa, Domingos Pereira, Maria Fernandes e Silvia Sousa, que vivenciaram realidades educacionais diferentes em Campo Maior no século XX. Diante disso, esses relatos pessoais foram essenciais pois possibilitaram trazer experiências, nostalgias individuais que não se encontram documentados, ampliando o enriquecimento e argumentação sobre a educação do município.

Portanto os referenciais citados foram importantes pois essas narrativas auxiliaram a compreender o conceito de infância historicamente e entender as desigualdades no que se refere a educação, aspectos de classe social, gênero e raça. Essas referências serviram para o entendimento das transformações na educação infantil em Campo Maior no século XX, contribuindo para a consolidação deste trabalho.

2 O SURGIMENTO DA INFÂNCIA

Este capítulo proporciona uma análise do conceito de infância, destacando a perspectiva histórica até a compreensão desse fenômeno na realidade do município de Campo Maior (PI).

2.1 A infância na visão de Philippe Ariès

Philippe Ariès na obra **História Social da Criança e da Família** (2006), afirma que durante a Idade Média não existia uma concepção clara de infância como uma fase distinta da vida. As crianças eram muitas vezes vistas como adultos em miniatura e eram tratadas como tal, não havia uma separação clara entre o mundo infantil e o mundo adulto, e os pequeninos frequentemente eram submetidos a responsabilidades e tarefas consideradas adultas. Como observa Heywood (2004, p. 10): “criança era, no máximo, uma figura marginal em um mundo adulto”.

Nesse viés quando começou a se ter uma nova percepção sobre a infância no período da idade média, houve uma indefinição pois não sabiam em qual período a mesma deveria ocorrer e assim as crianças sem ao menos ter condições físicas eram inseridas juntamente com os adultos como argumenta Philippe Ariès:

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. (Ariès, 2006, p.10).

Segundo Ariès, ao nascer a criança não tinha um cuidado prolongado no núcleo familiar muito menos laços afetivos, viviam em um completo anonimato tendo assim sua vida arriscada e incerta. Diante disso, após superarem seus primeiros anos de vida e demonstrarem ter condições físicas é que eram consideradas membros da família, porém não era um vínculo necessariamente

concreto, sendo comum serem enviadas para morarem em outra casa. Como podemos perceber pela forma como elabora o autor Ariès (2006, p.10) em sua obra: “A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato. Quando ela conseguia superar os primeiros perigos e sobreviver ao tempo da paparicação, era comum que passasse a viver em outra casa que não a de sua família”.

Por serem tratados como “animaizinhos” ou até mesmo por serem divertidos, na qual inspirava apego, não havia um afeto emocional como a que vivemos atualmente, pois naquele contexto histórico o nível de mortalidade infantil era elevado, tendo uma perspectiva de vida baixa. Com isso se uma criança falecesse, embora houvesse sofrimento logo havia a ideia de que poderia ser substituída por outra criança.

Enquanto ela era uma coisinha engraçadinha [...] as pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho [...]. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. (Ariès, 2006, p.10).

Outro fato que reforça a falta de afeto entre família e criança é que por viver em uma sociedade tradicional muitos lares eram rígidos por ignorância e rispidez, tornando o convívio em uma estrutura autoritária. Ariès (2006, p. 11): “Ela não tinha função afetiva. [...] o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor”. Pode-se notar então que nesse modelo de família não havia vínculo emocional entre seus membros, reforçando seu modelo de hierarquia afetando diretamente a criança que não tinha seus direitos valorizados.

Por volta do final século XVII começou a surgir o sentimento de infância e os adultos começaram a perceber que as crianças deviam ter todo o cuidado e carinho, porém é contraditório pois havia um alto índice de mortalidade infantil justamente pelo fato da falta de cuidado dos adultos e por negligenciar a fase infantil tratando-os como bichinhos de estimação.

Com o surgimento do sentimento de infância e com a abertura da industrialização, os mais velhos perceberam a necessidade de as crianças serem educadas fora do âmbito familiar ou pelo convívio com os adultos, a partir do final do século XVII a escola passa a ser um local para a aprendizagem.

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. [...] a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. (Ariès, 2006 p.11).

Nesse período de transição a religião tinha uma forte influência pois essa separação das crianças do convívio dos adultos não passava de interesse para um movimento amplo de moralização social, na qual era promovido pelo estado e pelos reformadores religiosos entre os séculos XVI e XVII. Tanto a Igreja Católica e os reformadores protestantes viam a criança como um ser vulnerável, e deviam crescer obedientes e virtuosos de acordo com seus ensinamentos. De acordo com Ariès (2006) essa separação - e essa chamada à razão das crianças deve ser interpretada como uma das faces do grande movimento de moralização dos homens promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado. Reforçando então a obediência aos valores cristãos que seriam repassados para as próximas gerações, tendo assim a infância moldada para seguir caminhos na qual obedecesse aos princípios cristão e civis.

Nesse contexto pode-se perceber que a concepção sobre a infância ao longo da idade média não moldou somente as questões nas práticas familiares e sociais, mas também sofreu uma alteração na maneira estrutural da sociedade pois antes a infância vista como uma fase em anonimato passou a ser entendida como uma fase da vida humana.

A criação da escola marcou o início dessa nova era, pois, tendo espaço exclusivo de ensino, os afastou das obrigações adultas proporcionando um ambiente estruturado propício para seu desenvolvimento por mais que tenha trazido alguns desafios. Outro fator perceptível para a evolução da compreensão da infância é a questão da moralização imposta por instituições religiosas pois destacou a importância das crianças serem humanos virtuosos.

Portanto a visão da concepção da infância na idade média mostra uma fase marcada pela falta de conhecimento, na qual crianças eram tratadas como adultos em miniaturas, sendo submetidas a responsabilidades muito cedo e sendo privadas de laços afetivos familiares. Porém essa transição é importante para a construções dos direitos infantis, como educação, o papel da família na formação de cidadãos e para o entendimento sobre a infância na sociedade pois

é crucial a compreensão do contexto histórico para analisar a forma como foi vivida a infância em outras partes do mundo como no Brasil, que será analisada agora.

2.2 A infância no Brasil

Assim como na idade medieval, a infância no Brasil foi marcada por transformações sociais e culturais. Durante o período colonial a criança começou a ter espaço sendo inserida dentro da sociedade tendo como base as influências e valores portugueses, indígenas e africanos. Nesse contexto apresentamos a forma como se desenvolveu a infância no cenário brasileiro, buscando explorar influências culturais e sociais no processo histórico que moldou o tratamento da criança ao longo do século XIX e XX.

Durante o período colonial no Brasil que se deu de 1500 a 1822, a sociedade era marcada por uma hierarquia, tendo como base de valores a Igreja Católica e o sistema escravista, é através desse contexto que a família brasileira era moldada, influenciando bastante em como a infância era vista e vivenciada.

No período da colonização brasileira a criança de famílias pobres e escravizadas, não tinham seus direitos assegurados, pelo contrário, essas eram tratadas como adultos em miniatura sendo submetidas a trabalhos de mão de obra escrava.

No Brasil colônia não se tinha palavras formadas para se caracterizar as crianças, eram utilizadas palavras como “miúda”, “ingênua”. Nesse contexto a primeira idade era destinada do nascimento aos 7 anos que era considerado a época das primeiras falas, e a segunda etapa se dava dos 7 aos 12 anos que era a época que se aproximava da puberdade e as crianças já se vestiam como adultos no qual aborda Gilberto Freyre.

Os viajantes que aqui estiveram no século XIX são unâimes em destacar este ridículo da vida brasileira: os meninos, uns homenzinhos à força desde os nove ou dez anos. Obrigados a se comportarem como gente grande: o cabelo bem penteado, às vezes frisados à Menino Jesus, o colarinho duro: calça comprida, roupa preta, botinas pretas, o andar grave, os gestos sisudos: um ar tristonho de quem acompanha enterro. (Freyre, 1984, p.411).

Por viverem em uma sociedade patriarcal a criança não tinha voz, sendo assim o pai tomava todas as decisões. Em geral, os pais só se interessavam pelo filho quando já estava adulto pois era quando podiam tomar conta dos negócios familiares, assim passando de geração para geração fazendo com que as crianças perdessem a fase inicial da vida e já se interessasse em ser um adulto, afim de satisfazer os desejos do pai.

Na Colônia, o pai interessava-se pelo filho adulto, pois este era capaz de compreender as normas e os saberes ancestrais, transmitidos pela oralidade, de geração a geração, com a finalidade de preservar e aumentar os bens e as riquezas da família. Parece ser esse o motivo pelo qual as próprias crianças desejavam a adultização. (Bernades, 2005, p.2).

A Igreja Católica foi uma das instituições que também contribuíram para o desamparo das crianças durante o período colonial, pois a olhavam como pecado, na qual o ser humano não conseguia renegar os desejos carnais e viver uma vida voltada para Deus, o único apreço que a Igreja tinha pela criança era para os demonstrarem como “anjinhos” em celebrações. Com o tempo a família utilizou-se desse termo “anjinho” quando a criança morria pois achavam que pelo fato deles morrerem muito cedo iriam para o céu, consequentemente garantindo a ida de seus familiares também. John Luccock, um viajante inglês ficou impressionado ao ouvir um relato de uma mãe em relação ao seu filho que havia falecido:

Ó como estou feliz, pois que morreu o último dos meus filhos! Que feliz que estou! Quando eu morrer e chegar diante dos portões do céu, nada me impedirá de entrar, pois que ali estarão cinco criancinhas a me rodear e a puxar-me pela saia e exclamando: Entra Mamãe, entra! Ó que feliz que sou! repetiu ainda, rindo a grande. (Lucock apud Bernardes, 2005, p.3).

Ao observar essas atitudes pode-se perceber que essa visão é contraditória do que era abordado por Philippe Ariès no primeiro capítulo de seu livro, pois na idade média as famílias não viviam de fato o luto após a perda de um filho, tendo em mente que logo seriam substituídos por outra criança. Enquanto no Brasil Colonial, o termo “anjinho” para se referir aos infantes

falecidos, transmitia um sentimento de apego ao luto quanto a uma aceitação religiosa.

Durante o período colonial as crianças de elite viviam na maior parte do tempo com as crianças filhos de escravos e com isso criavam um laço de amizade, porém com o decorrer da idade, crianças e cativos tinham que ser separados pois um teria que dar ordens e viver sua liberdade e o outro era inserido no trabalho e obedeceria às ordens. Em relação às brincadeiras essas eram bem perigosas e rígidas de preconceito pois os filhos de senhores judiavam das crianças escravizadas. Assim argumenta Gilberto Freyre reforçando a hierarquia que essas crianças iriam exercer na vida adulta:

Esse costume do menino branco receber um ou mais moleques negros como companheiros de brincadeira e serviam para serem cavalo de montaria, burros de liteira, de carro de cavalo, em que um barbante serve de rédea, um galho de goiabeira de chicote. Os meninos brancos reproduziam nas brincadeiras as relações de dominação da escravidão. Eram os “manés-gostosos”, os “leva-pancadas”.
(Bernardes apud Freyre, 2005, p.5).

Na transição do período colonial para o período imperial brasileiro, 1822-1889, não há muita diferença das outras épocas citadas. Prosseguia a desigualdade social, com isso as crianças eram tratadas de acordo com sua raça e classe social. A Igreja Católica tinha uma grande influência e nisso todas as crianças deviam ir às missas aos domingos como também participar do catecismo.

Com relação à educação essa era destinada à classe dominante, ou seja, as crianças brancas de elites que eram favorecidas tendo uma educação formal voltada para os valores europeus, a família era responsável por aplicar valores morais enquanto a escola se encarregava de apenas dar instruções. Diante disso as meninas recebiam uma educação diferente dos meninos, reforçando o patriarcado na qual “menina tinha que fazer coisa de menina e menino tinha que fazer coisa de menino”. Assim argumenta Ana Maria Mauad:

Os meninos de elite iam para a escola aos sete anos e só terminavam sua instrução, dentro ou fora do Brasil, com um diploma de doutor, geralmente de advogado”. Para as meninas estariam reservadas as habilidades manuais e dotes sociais; a partir de meados de 1870, encontrar-se-ia também nos currículos escolares “um conjunto de

disciplinas tais como línguas nacional, francesa e ingleza, arithmética, história antiga e moderna, mithologia. (Mauad, 2015, p. 150).

No entanto, além dos compromissos educacionais as crianças de elite tinham seu momento de lazer, como passeios em teatros e zoológicos e na casa das irmãs. Enquanto as vidas das mesmas eram regradas de saber intelectual, moral e de boas condutas, as crianças escravas viviam uma realidade bem diferente não tendo direito social ou cuidados maternos.

Muitas vezes após o nascimento já eram separadas de suas mães, sendo vendidas para uma família de elite ou até mesmo faleciam por falta de cuidado. Apenas no ano de 1869 foi instituída pelo império a Lei do Ventre Livre, que permitia que crianças não fossem vendidas e separadas do leito materno, porém muitas vezes essa lei só ficava na teoria, não sendo realmente praticada. Com cerca de quatro ou cinco anos de idade, ficavam reservadas às crianças escravas várias tarefas consideradas mais simples, como diz Góes (2015, p. 184): “aos doze eram entregues ao trabalho mais pesado após a devida conclusão de seu ‘adestramento’”. Diante disso pode-se observar a quanto sofrida e rígida era a vida da criança negra escravizada, pois quando não aconteciam fatalidades, elas eram submetidas a trabalhos que eram destinados a escravos negros adultos. Nisso o que lhe restava era sonhar que um dia fossem libertadas de todo aquele sofrimento que passavam.

Com a chegada da Proclamação da República em 1889 e com o fim da escravidão, o Brasil passou por grandes transformações sociais e políticas, um país que antes era estruturado de forma monárquica foi se moldando a um modelo de governo republicano. Esse novo regime trouxe várias transformações que prometia trazer desenvolvimento para o Brasil em questão de educação pública como também ampliar os direitos civis como a igualdade legal entre os cidadãos. No entanto, apesar do avanço de algumas áreas a infância continuou tendo realidades diferentes diante de sua origem.

Os governantes da república tinham ideais que direcionavam a progresso e cidadania com isso influenciaram nas políticas que tinham como intuito a formação de “cidadãos republicanos”. Diante disso a escola teve um avanço pois passou a ser um espaço mais acessível para algumas crianças. Na República como diz Rizzini (2011, p. 27): “educar a criança era cuidar da nação[...]. Cuidar da criança e vigiar a sua formação moral era salvar a nação”. É notório que a

preocupação com a criança pobre se deu em razão de nacionalidade, de proteger seu povo, e com isso foi criado sistemas que assegurassem a redução da criminalidade e de doenças.

Com as novas propostas oferecidas pelo governo e com o avanço industrial, os recém libertos começaram a migrar do campo para cidade trazendo uma onda de problemas pois gerou uma superlotação na cidade e com isso muitas crianças ficaram desamparadas, em razão desse contexto foram tomadas medidas no intuito de amparar essas crianças pobres.

De um lado, a criança mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e o do outro, o menor; mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais. (Rizzini, 2011, p.29).

Esse cenário mostra que essas medidas não ofereciam uma inclusão fundamentada, mas tinha como intuito o controle social na qual crianças vindas de uma classe mais baixa continuava sem ter os reais direitos de educação que uma criança de uma condição alta tinha. Com alto índice de crianças abandonadas conhecida como a “infância desvalida” foram tomadas medidas afim de controlar a criminalidade que esses sujeitos infantis estavam propícias a viver, com isso juristas e autoridades tomaram decisões logo no início da república e uma delas foi a criação de um decreto criado em 1890 na qual os chefes de polícia pegavam crianças em viadutos e prestavam apoio através da casa São José que abrigaria crianças de seis a 12 anos.

Seu papel ultrapassava, desse modo, o da repressão ao crime, compreendendo uma extensa ação de manutenção da ordem da cidade, incluindo a retirada das ruas de uma população diversificada, enquadrada nas categorias de menores, alienados, mendigos, vadios, entre outras (Vianna, 1999, p. 54).

Os anos seguintes foram cruciais para implementações de novos decretos em favor da criança. Em 1899 foi criada a Escola Quinze de novembro que tinha como intuito reverter a marginalidade, em 1902 o decreto n. 4.780 foi reformulado e era o direito da escola se responsabilizar da educação física e moral.

O decreto n. 4.780, cabia à escola oferecer educação física, profissional e moral aos menores abandonados e recolhidos ao estabelecimento por ordem das autoridades competentes conforme estipulado no art. 7º da lei n. 947, de 29 de dezembro de 1902. Nessa direção, foram classificados na categoria "menores abandonados" os indivíduos maiores de nove anos de idade e menores de 14 órfãos ou que, por negligência, vícios ou enfermidade dos pais ou tutores, parentes ou indivíduos, ou por outras causas. (Brasil, 1902, art. 7º, incisos I e II; Brasil, 1907, art. 2º).

Essas regulamentações foram essenciais para a criação do Código de Menores no ano de 1927, na qual afirmaria em um único documento os direitos relacionados a criança e adolescente no Brasil. O Código de Menores foi criado com o intuito da sociedade e instituições terem responsabilidades com as crianças em situação de desamparo. Dispondo de uma vasta gama de atribuições, o cargo consolidou-se como o "agente do mecanismo de institucionalização proposto pelo código", cabendo-lhe proteger a vida, a saúde e a moralidade dos menores. (Alvarez, 1989).

Através dessas transformações políticas, várias regiões do Brasil foram impactadas de diversas formas, como economicamente, socialmente e culturalmente. No Piauí o cenário era marcado por uma realidade complexa e com desafios específicos, portanto analisamos no subcapítulo seguinte como a infância era tratada no estado do Piauí durante o século XIX e XX.

2.3 A infância no Piauí

Durante o século XIX e XX o estado do Piauí tinha sua economia voltada para a agricultura e pecuária na qual prevalecia o cultivo de algodão e criação de gado, com prevalência de uma população rural. Diante desse cenário social e econômico as vivências infantis eram moldadas ao trabalho muito cedo e com ausência de um sistema educacional acessível para todas as classes.

Na província do Piauí assim como em outros estados do Brasil viviam crianças escravizadas e livres, ricas e pobres, pretas, brancas e pardas. Mais de um terço da população infantil era constituído de crianças escravas, principalmente pretas.

Crianças brancas, todas livres, representavam 22% da população infantil, mas o grande peso demográfico se encontrava entre as pardas. Mais de 50% de todas as crianças entre 0 e 10 anos foram classificadas como "pardas", em grande maioria livres, o que nos mostra o emaranhado das relações sociais. (Falcí, 1991, p.9).

A Igreja Católica se fazia muito presente na sociedade piauiense, principalmente no que se retrata ao nascer da criança pois o índice de nascimento era controlado através do batismo. Independente da classe social toda criança devia ser batizada, geralmente o batismo ocorria por volta dos cinco meses após o nascimento, além de controlar o nascimento o batismo também era considerado para a diferenciação se a criança era vinda de uma família rica ou de família de escravos. Outro fator que diferenciava a criança desde o nascer era o termo "legítima" na qual era vinda do casamento ou se era criança "natural" essa vinda de fora do casamento pois na época, assim como atualmente, era normal a infidelidade.

Em paralelo, brincadeiras destinadas as crianças, variavam de acordo o gênero e classe social reforçando o patriarcado que existia na época, diante disso argumenta Miridan Falcí:

Mas há diferenças entre o brincar da criança rica e da criança pobre, entre o brincar da livre e o da escrava, entre o que uma criança faz numa cidade ou numa fazenda. Há diferenças entre o que é permitido ou o que é proibido, entre o que lhe é exigido ou o que é consentido principalmente entre meninas e meninos. (Falcí, 1991, p.19).

Pode-se perceber que havia pedagogias diferentes ao se tratar de brincadeiras onde as mulheres desde cedo eram influenciadas a serem uma boa dona de casa e submissa ao homem e já os meninos tendo brincadeiras mais ativas sendo incentivados a serem provedor do lar.

Aos meninos também era permitido caçar pequenos animais, utilizavam-se de baladeiras para seus intentos; os passeios à beira dos riachos, à cata de frutas nas redondezas, serviam-lhes de estímulo o espírito audaz, livre, empreendedor, mas também uma forma de treiná-los, para que aprendessem a pescar e a caçar atividades masculinas por excelência nessa sociedade rural e pastoril. (Castelo Branco, 2012, p.4).

Diante esse contexto, Castelo Branco reforça os valores que eram repassados a criança desde cedo diante a sociedade em que viviam. Com isso é necessário ressaltar a educação da criança no período pois com uma sociedade

patriarcal, recursos limitados e uma infraestrutura educacional em desenvolvimento, o acesso à educação se tornava restrito. Em geral, as escolas eram concentradas nas áreas urbanas fazendo com que muitas pessoas não tivessem acesso a uma educação formal, acarretando alto índice de analfabetismo.

Em 1872, segundo o censo, perto de 23.000 crianças entre seis e quinze anos não frequentavam escolas. Esse privilégio só era atingido por 2.801 crianças todas de condição livre. Entre os adultos pouco mais de 15% da população era alfabetizada. Analfabetos eram, então, 85% da população entre livres e escravos (somente seis escravos homens sabiam ler) e constituíam 174.446 indivíduos. (Falci, 1991, p. 29).

Em razão do alto índice de analfabetismo as relações sociais piauienses eram enfraquecidas, pois as pessoas achavam que deviam ser obedientes aquelas que tinham um pouco de saber letrado. Por se tratar de uma sociedade formal, as escolas utilizavam-se de métodos tradicionais com o uso da violência em exemplo a palmatória e tabuada decorada, esses hábitos tornavam a escola em um confinamento, um local que devia ser construtivo passava a ser um desafio. Por vários desafios enfrentados na escola e por também terem que desde muitos novos serem inseridos ao trabalho, as crianças deixavam de ir à escola, de aprender.

Portanto através da citação de Falci é perceptível como o meio de socialização era restrito por gênero, pois os meninos eram levados pelos pais aos serviços de campo, enquanto as meninas eram ensinadas a ficar com as mães realizando os trabalhos domésticos, refletindo uma sociedade com costumes tradicionais que eram valorizados na época.

A rigidez aplicada nas escolas era vista nos lares das famílias pois essa forma de aplicar certos castigos eram considerados como um meio de educar os filhos, de impor limites, de ensinar os valores que eram passados de geração para geração.

Durante muito tempo sobreviverá na sociedade uma relação verticalizada entre pais e filhos, o uso de castigos corporais, de chicotes, de palmatorias e do cinto como instrumentos de correção de comportamentos considerados indevidos. Tais comportamentos se justificavam pelas práticas tradicionais no trabalho de criar gente, de educar. (Castelo Branco, 2008, p.77).

Dessa forma, nota-se que por muito tempo permeava-se um ambiente escolar e familiar marcado por práticas autoritárias e violentas, na qual eram associados a uma cultura associada a punições físicas, com intuito de mostrar um poder hierárquico.

Essas práticas começaram a se tornar erradas no final do século XIX para o século XX quando a infância no Piauí passa por uma transformação. O que pode ser mensurado a partir de intelectuais piauienses que começam a articular mudanças na concepção da infância e que se baseiam através da escolaridade.

Para Castelo Branco:

Fazer com que as ideias sobre a infância, sobre a necessidade de as crianças passarem por processo de escolarização, que lhes possibilitasse criar relação estreita com a cultura escrita, chegassem a toda a sociedade e sendo por ela consumidas era o objetivo precípua da pregação dos literatos. (Castelo Branco, 2009, p.11).

De acordo com isso os literatos viam que a escolaridade seria um bom caminho para a integração da criança na sociedade, com isso o intuito não era apenas ensinar, mas também criar cidadãos que contribuissem com a expansão do conhecimento cultural do estado. Outro fato que os literatos piauienses buscaram transmitir na nova concepção de infância era em relação ao afeto na qual os pais deveriam se comprometer mais com a vida do filho, se dedicando em dar carinho e amor.

Outra proposta é que o poder público tomasse iniciativas de educar essas crianças, afastando o laço patriarcal com o intuito de quando se tornassem adultos tivessem interesses individuais, na qual fossem cidadãos que vivessem de acordo com suas vontades e gostos.

Diminuir o poder dos grupos familiares sobre a formação de meninos e meninas, esvaziando assim a estrutura familiar patriarcal, à medida que teria como objetivo transformá-los em indivíduos, homens e mulheres aptos a ingressarem na vida adulta e a reproduzirem uma nova ordem social, onde os interesses individuais deveriam se sobrepor ao ordenamento social patriarcal e às práticas cotidianas rurais. (Castelo Branco, 2009, p.12).

Essas novas medidas tinham como objetivo transformar as crianças em independentes e críticas, onde estariam preparados para uma vida adulta com

interesses individuais mais aflorados, com isso a modernidade tomaria conta e os direitos pessoais estariam acima do patriarcado imposto durante todo esse tempo. Nos anos de 1920 a 1940 foram instaladas escolas públicas por todo Piauí que tinha como finalidade suprir os desejos da elite, frequentemente os alunos vindos do campo relatavam a rigidez que passavam durante a infância e na modificação do ensino.

Durante a implantação desse novo modelo de ensino, muitos homens estavam tendo dificuldades em aprender pois ainda tinham aquela visão de agricultura e também uma dificuldade com relação a escrita, com isso não olhavam o ato de estudar como algo necessário.

A maioria dos trabalhos executados prescindia da aprendizagem escolar; muito mais útil seria continuar a ensinar os filhos a serem bons vaqueiros, a conhecerem as técnicas de cuidado com os animais, a aprender a cultivar a terra, a fazerem utensílios de corda e outras matérias-primas fartamente encontradas na região. (Castelo Branco, 2009, p. 18).

Para tanto, é evidente que na época em questão os afazeres rurais, como plantar e cuidar do gado, eram mais essenciais do que os ensinamentos escolares. Através dessa perspectiva de infância, as crianças eram inseridas muito cedo no trabalho, deixando de lado a exclusividade do ensino escolar. Essa forma de transmissão do saber refletia muito na cultura da região, na qual a sociedade era organizada mais pelo trabalho do que pela escolarização, que assolava as famílias da grande massa pois segundo Castelo Branco:

Os meninos tornar-se- “os moleques de recado” os aguadeiros e vendedores ambulantes de capim, ou ainda, em melhor situação, aprenderão ofícios práticos, como o de pedreiro, marcenem ferreiro, pintor ou carpinteiro, que lhes possibilitarão, na vida adulta assumirem o papel de provedor familiar (...) As meninas serão as “molecas” que, desde cedo, entrarão no mundo do trabalho doméstico, como crias da casa, trabalhando com arrumadeiras, como babá. (Castelo Branco, 2008, p. 82).

Esse contexto mostra como a necessidade da grande massa terceirizava o ensino escolar, fazendo com que o estudo se tornasse uma realidade distante de ser alcançada em razão das necessidades econômicas enfrentadas. No entanto apesar de muitas crianças desde cedo terem que contribuir com a renda

familiar essa situação não era uma situação universal, pois as que vinham das famílias de elite tinham um acesso mais facilitado a educação formal onde reforçavam sua posição social.

Nas elites e nos grupos médios, a busca por melhores níveis educacionais se impõe como algo necessário para o engajamento no mercado de trabalho, principalmente entre aqueles que escolhem viver na cidade, e que percebem que o futuro dos filhos passa também pela escola e pelo aprendizado de competências indispensáveis ao bom desempenho das pessoas no meio urbano, como: saber ler, escrever e movimentar-se nesse mundo cada vez mais cortado pela cultura escrita. (Castelo Branco, 2008, p.83)

Nessa passagem anterior é perceptível o quanto a visão elitizada era diferente pois os pais priorizavam a educação dos filhos, até mesmo pela questão do poder aquisitivo favorecer economicamente fazendo com que a preocupação das crianças fossem voltadas apenas para os estudos, diferente das crianças de renda familiar mais baixa que tinham que contribuir economicamente.

No século XX foi de grande importância, uma vez que surgiu uma nova visão de escolaridade por volta de 1920, onde começou a surgir novas instituições na capital piauiense despertando o interesse dos pais em ofertar um ensino para os seus filhos.

O processo de fortalecimento das instituições de ensino em Teresina ganha impulso no início do século XX, com a chegada de novos bacharéis, formados fora do Estado e que, em grande medida, tomarão parte nas iniciativas educacionais. (...) formados em Direito, Medicina, Engenharia e Farmácia tornavam-se exemplos de que o percurso que levava à formatura superior era uma possibilidade real que necessariamente passava por sacrifícios familiares, mas que poderia trazer ganhos compensadores. (Castelo Branco, 2008, p.96).

Diante disso pode-se perceber que o ensino foi ganhando notoriedade, a educação formal foi se consolidando aos poucos como sendo um dos pilares essenciais para o progresso da sociedade piauiense, pois com a chegada das instituições na capital foi permitido com que houvesse uma expansão para os interiores da região piauiense gerando uma vontade de que as famílias fornecessem um ensino para seus filhos.

Outro marco importante no século XX foi por volta do ano de 1930 que o tema da mortalidade infantil no estado do Piauí começou a ganhar notoriedade pois haviam um número alarmante de óbitos infantis. A **Tabela 1 Relação entre**

a natalidade e a mortalidade infantil apresenta como era o descaso em relação à infância no Piauí.

Tabela 1– Relação entre a natalidade e a mortalidade infantil.

Ano	Natalidade	Nascidos Mortos	Total de Mortes
1931	258	2	156
1932	168	12	149
1933	178	4	162
1934	174	1	171
1935	277	1	293
1936	287	3	225
1937	271	8	215
1938	426	5	207
1939	1.729	10	238
1940	1.263	3	162

FONTE: Marinho, (2019).

De acordo com a Tabela 1 pode-se notar que somente em 1938 o índice de mortalidade infantil começou a cair consideravelmente. Os governantes começaram a tomar medidas para entender o que seria feito para evitar tanta morte infantil, uma das sugestões era melhorar a coleta de dados, outro fator era a alimentação incorreta, principalmente no cenário empobrecido.

No Piauí, entre os setores sociais empobrecidos, havia um costume bastante difundido de alimentar as crianças, desde a mais tenra idade, quase sempre a partir de um mês, com mingaus e papas preparados a partir de diversos tipos de farinha de mandioca misturados ao leite ou apenas à água, sendo oferecidos à criança com o dedo. (Marinho, 2009, p.169).

Diante dessas condutas, os médicos piauienses tomaram atitude de ensinar as mães como alimentar corretamente seus bebês, alertar os riscos da

má preparação e de introduzir uma alimentação muito cedo. Outro fator que trazia preocupação para os médicos piauienses era em relação aos lares, por se tratar de um Estado que o extrativismo do babaçu e carnaúba era predominante, lares de famílias pobres eram cobertas por palha e muitas sem janelas e portas, contribuindo com a proliferação de epidemias e endemias.

Existiam palhoças com um só compartimento e paredes de palha, até os tipos de morada inteira, com paredes de adobe. As moradias habituais da população pobre eram compostas de um ou dois cômodos escuros, quentes e abafados, que abrigavam famílias extensas, fazendo com que vivessem amontoadas, o que contribuía, portanto, para a disseminação das endemias e epidemias. (Marinho, 2009, p.171).

Essa realidade dominava quase todo o estado, como também a falta de saneamento básico, na qual não havia água encanada e o lixo não era descartado de maneira correta. O fato afetava as famílias de elite, mas principalmente as famílias de baixa renda, ocasionando em condições precárias e influenciando na mortalidade infantil. Portanto um dos objetivos a serem alcançados era a implantação da defesa sanitária para evitar o alto índice de mortalidade infantil.

Diante do problema apresentado o médico piauiense Vitoriano de Assunção, que representava o departamento de saúde do Piauí, na conferência Nacional de proteção à infância no Rio de Janeiro no ano de 1933 levantou a questão da elevada mortalidade infantil no Piauí esperando com que se tivesse uma solução viável para combater os alarmantes números dessa situação que assombrava não somente o Piauí como o Brasil como um todo.

Com as elevadas taxas de mortalidade infantil e a atribuição da criança à condição de problema nacional, os discursos médicos singularizaram a infância enquanto idade da vida, em torno da doença, da fragilidade e da instabilidade. Tais características trouxeram à medicina o desafio de pensar em uma abordagem específica, que visasse ao atendimento das crianças, sujeitos cada vez mais diferenciados dos adultos. (Meneses; Cardoso, 2023, p.69).

Uma das respostas para a situação em que se encontrava o Piauí foi a criação do Lactário Suzanne Jacob, fundado em 1938 na cidade de Parnaíba, tendo como objetivo estudar e combater a mortalidade infantil assim dando assistência a educação alimentar e saúde voltada para mães pobres. A instituição

Suzanne Jacob foi a primeira do Piauí que tinha cuidados voltados para a infância e teve uma relevância em fornecer divulgações em práticas de alimentação higiênica, como a oferta de leite esterilizado, como também fornecendo informações sobre o preparo correto de papas e mingaus, além de haver um cuidado a mais com a nutrição das crianças tendo uma preocupação com pesagem das mesmas e tendo um cuidado em fornecer uma alimentação adequada.

No ambulatório, as crianças passavam por triagem, consulta, pesagem, bem como recebiam alimentação considerada adequada e conselhos de puericultura. Na cozinha dietética, destinava-se um serviço mais amplo de educação às mães, uma espécie de “escola prática para as mães pobres e ricas, que aprendem [...] o preparo dos alimentos e um modelar serviço de assistência. (Meneses; Cardoso, 2023, p. 85).

Diante disso é notório a grande relevância do Lactário para a infância piauiense, pois através desse marco histórico a unção de ações filantrópicas como o do lactário e políticas públicas voltadas para infância promoveu um combate contra um alto índice de mortalidade infantil, atuando na prevenção de doenças, na preocupação de haver uma triagem para descobrir a forma ideal para ajudar no possível problema enfrentado pela criança, como também no cuidado em ensinar as mães a ter uma cautela na preparação dos alimentos, pois havia uma alimentação inadequada. Segundo Meneses e Cardoso, os médicos relatavam que:

Em grande medida à ignorância das mães. Os conhecimentos passados de mãe para filha, bem como aqueles transmitidos por mulheres mais velhas detentoras de saberes populares sobre alimentação e criação da prole, eram considerados errôneos ou insuficientes. (Meneses; Cardoso, 2023, p. 71).

Através dessa afirmação é notório que os saberes populares se sobressaiam sobre como seria correto alimentar uma criança nos primeiros meses de vida, porém com a ajuda dos profissionais da saúde, a alimentação infantil começou a ser tratada com um maior cuidado gerando um elo entre mães e médicos em prol do bem-estar infantil, tendo uma maternidade sob supervisão científica, com o leite materno como o alimento principal e essencial para um bebê.

[...] leite humano, além de qualidades físicas e químicas comuns a outros leites - presença gordura, proteínas, sais, lactos -, possuía propriedades biológicas que o transformam em “líquido vivo”. A presença de enzima (oxidase, lipase, amilase), assim como de alexinas, anticorpos específicos (difteria, tétano) e aglutininas (febre tífica), transformavam-no em “produto profilático e curativo. (Meneses; Cardoso, 2023, p. 74).

Deste modo, nota-se que a intervenção do lactário Suzana Jacob e intervenções médicas foram de suma importância para o Piauí durante o século XX. A valorização com os cuidados infantis desmitificou um assunto onde muitos agiam de forma inadequada trazendo malefícios para a criança, com o reconhecimento do leite materno sendo um alimento essencial para os meses iniciais da vida humana, contribuiu o empenho dos profissionais da saúde em diminuir os altos índices de mortalidade infantil em conjunto com orientações nutricionais fornecidas as mães.

Após explanação sobre as transformações ocorridas sobre a Infância durante o século XX no estado do Piauí, no capítulo seguinte analisamos o cenário campomaiorense, em destaque a educação destinadas as crianças do município, abordando as transformações e desafios que ocorreram na cidade nas décadas de 1920 a 1970.

3 A EDUCAÇÃO DESTINADA ÀS CRIANÇAS

Este capítulo analisa a educação destinadas as crianças campomaiorense, destacando quais eram as necessidades enfrentadas pelas mesmas em diferentes classes sociais, para obter êxito será utilizado biografias de autores locais como também fontes orais com o objetivo de valorizar a memória individual de cada entrevistado.

Os entrevistados para a realização dessa pesquisa foram: Avelina Rosa de Melo Cunha, Filha de Nilo José de Melo e Francisca Gonçalves de melo.

Avelina Rosa de Melo Cunha, nasceu em Campo Maior no dia 19 de outubro de 1948. Completo os estudos no Ginásio Santo Antônio e logo em seguida fez o pedagógico no Patronato Nossa Senhora de Lourdes, possui Licenciatura Plena em Geografia, em Pedagogia e em Estudos Sociais pela Universidade Federal do Piauí, com especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade

Estadual do Piauí. É membra da Academia Campomaiorense de Artes e Letras-ACALE e ocupou os cargos de Superintendente da 5ª Diretoria Regional de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Supervisora Geral da mesma secretaria, além de chefe da divisão de ensino.

A segunda entrevistada, **Silvia Maria Melo de Sousa** era filha de Agenor Leite Melo e Heloisa Ribeiro Melo. Nascida em 19 de maio de 1951 na cidade de Campo Maior. Concludente do Ginásio Santo Antônio no ano de 1966 e do Curso Pedagógico da Escola Normal Santa Teresa de Jesus, em Campo Maior - Piauí em 1969. Pedagoga formada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Barra Mansa - Rio de Janeiro em 1975, Bacharel em Teologia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - 2017. Especialista em Docência para o Ensino Religioso, certificado outorgado pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - 2020. Membro Efetivo da Academia Campomaiorense de Ciências, Artes e Letras - ACALE.

O terceiro entrevistado, **Domingos Pereira de Abreu**, filho de Lina Rosa de Abreu e Feliciano Pereira de Abreu, nascido em Campo Maior no dia 11 de março de 1945. Agricultor aposentado, Domingos Abreu obteve o ensino escolar no interior Lages no Município de Campo Maior. Atualmente reside na área urbana do município.

A última entrevistada, **Maria Fernandes Lima de Sousa**, filha de Consuêla Fernandes Cavalcante e Abdias Fernandes Lima, nascida em 10 de janeiro de 1968 no município de sua localidade. Atualmente aposentada, Maria Fernandes mora na localidade Varjota, no Município de Campo Maior desde o nascimento, mas obteve seu ensino escolar no Bom Lugar, uma localidade vizinha.

As fontes orais foram de suma importância para se obter êxito nessa pesquisa pois temos histórias relatadas de acordo com as experiências escolares vividas por cada um dos entrevistados. A intenção deste estudo foi apresentar impressões de infância de acordo com a classe social e localidade em que viviam.

A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, (...) Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história. (Alberti; Fernandes; Ferreira, 2000, p.33).

Os depoimentos em questão foram tratados da mesma forma como documentos históricos que trazem embasamento para o desenvolvimento deste trabalho, pois apesar de não serem documentados oficialmente, eles trazem fundamentos para a consolidação desta pesquisa, na qual todos foram ouvidos com atenção e de forma única priorizando a valorização da memória de cada relato em como base de coleta de dados. Para Paul Thompson (1998, p. 15) o historiador ao se deparar com relatos orais: “percebeu a riqueza e a importância da memória os sujeitos anônimos, e como o jeito do entrevistado contar "estórias" sobre o passado era uma alternativa perfeita para a história social”.

A afirmação de Thompson (1998), reforça ainda mais o quanto essas narrativas que não estão em arquivos oficiais, tornam-se agentes principais da sua própria história, favorecendo o entendimento das experiências escolares campomaiorense através de realidades diversificadas em relatos vivos.

Ademais, outra abordagem metodológica utilizada consiste em biografia, pois permite analisar a vida individual como também a base social. Pois segundo Philippe Lejeune:

Narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade. (...) história social (...)Trata-se de uma questão de proporção (...) gêneros da literatura íntima (memórias, diário, ensaio). (Lejeune, 2008, p.14-15).

Segundo Philippe Lejeune (2008), é evidente que o uso da biografia é fundamental para a fundamentação desse trabalho de pesquisa, pois essa abordagem enaltece o relato individual e ajuda a consolidar o testemunho de si referente ao outro sendo assim essencial para o estudo sobre a memória da infância local.

3.1 A educação campomaiorense

O estado do Piauí vivia um grande problema em se habituar ao ensino escolar formal durante o século XIX por vários fatores, sendo eles: desinteresse da população pelo estudo, a falta de estrutura, a inexistente formação de

professores como também a ausência de uma boa remuneração oferecida para os possíveis professores. Consequentemente, a cidade de Campo Maior sofria do mesmo problema em relação ao ensino, pois até o período em questão não se tinha escola pública no município. Somente no ano de 1815 foram criadas algumas cadeiras de letras, com grandes dificuldades em implantação.

Até o século XIX, Campo Maior não tinha escola pública. Em 1815, foi criada uma cadeira de primeiras letras e as escolas funcionaram por pouco tempo por falta de atrativo salarial. O ensino religioso fazia parte do currículo das escolas, os professores eram obrigados a explicar a doutrina cristã aos alunos. (Sousa, 2011, p. 27).

De acordo com Sousa pode-se perceber que houve uma tentativa de introduzir a educação no município, porém uma tentativa falha, pois as políticas públicas não conseguiam atender as necessidades de todas as regiões. Outra percepção é o fator de que Campo Maior se localizava em uma região na qual a cultura religiosa é dominante, o resultado é uma educação alinhada com a religião, priorizando uma educação voltada para a doutrina cristã.

No início do século XX por volta do ano de 1914 a professora Briolanja Genuíno de Oliveira como também a professora Maria de Jesus da Costa Araújo (D. Mocinha), criaram escolas nas suas residências, as duas professoras tendo diploma pela Escola Normal Oficial de Teresina - PI, nisso refletindo o quanto o ensino de Campo Maior era precário pois para a formação, professores deviam se deslocar até a capital para a formação adequada para poder lecionar.

Posteriormente o até então governador do Piauí, Landry Sales Gonçalves, sancionou um decreto em todo o estado Piauiense (Decreto Lei nº 1.301) de 14 de setembro de 1931, segundo Silvia Melo (2011) esse decreto visava oferecer ensino aos piauienses até o ensino secundário, porém não garantia o ensino universitário.

TÍTULO I DO REGULAMENTO GERAL DO ENSINO

PARTE PRIMEIRA

Dos serviços técnicos e administrativos

CAPÍTULO I Da direção do ensino

Art. 1 - A suprema direção e inspeção do ensino, no Estado do Piauí, competem ao Chefe do Poder Executivo, que exercerá por intermédio da Secretaria Geral do Estado

Art. 2 - A direção e inspeção imediatas do ensino incumbem ao Diretor Geral da Instrução, que as exercerá por si e pelos seus auxiliares, na forma deste Regulamento.

CAPÍTULO II

Da organização do ensino

Art. 3- O ensino, ministrado pelo Estado, será: a)

pré-escolar educativo

b) primário

e) profissional

d) normal

e) secundário (Sousa, 2011, p.41)

Conforme o decreto 1.301 pode-se perceber o estilo de como seria organizado o ensino fornecido pelo estado, tendo desde a pré-escola educativo ao secundário, o governador do estado tinha como intuito ao botar essa lei em vigor o incentivo aos pais das crianças para inserirem os seus filhos na escola para que pudessem ter um ensino. Outro fator que esse decreto permitiu foi a criação de grupos escolares, como mostrado no documento a seguir:

CAPÍTULO XXIV

Dos Grupos Escolares

Art. 116-Os grupos escolares, que terão, no mínimo, quatro classes, serão instalados, ou mantidos, nas localidades onde houver pelos menos 180 crianças em idade escolar.

Art. 117- Cada grupo escolar terá um Diretor, escolhidos no próprio quadro de professores e designado pelo Chefe do estado, mediante proposta do Diretor Geral, em que os atenda, sobretudo, ao critério da reconhecida competência e do mais largo tirocínio.

Parágrafo único. O Diretor de grupo escolar terá uma gratificação mensal de 20 % sobre os seus vencimentos. (Sousa, 2011, p.46).

Pode-se perceber a partir do decreto evidenciado pelo governador Landry que foi possível a criação de escolas estaduais nas cidades, porém com algumas restrições como a que só poderia abrir com uma quantidade de 180 crianças matriculadas. Antes da lei nº 1.301, no ano de 1928, o Município de Campo Maior contou com a construção do grupo escolar Valdivino Tito, que era inicialmente situado na Praça Rui Barbosa, próximo a catedral de Santo Antônio. No ano de 1934 na gestão do primeiro prefeito do município da 2º República, Francisco

Alves Cavalcante, o grupo escolar Valdivino Tito foi transferido para um prédio na Avenida José Paulino.

Foto 1- Grupo Escolar “Valdivino Tito”



FONTE: Lima, (1995).

A Escola Valdivino Tito existe até os dias atuais e é considerada um patrimônio histórico de Campo Maior, por ser a primeira escola estadual do Município a oferecer o ensino primário para as crianças, transmitindo um valor simbólico para a população campomaiorense.

Era prefeito de Campo Maior, o também interventor Francisco Alves Cavalcante. O prédio conserva as suas formas arquitetônicas originais. Foi durante alguns anos a mais importante escola do município. Importantes homens públicos e mulheres, nela estudaram. Bem administrada, procura manter a tradição. (Alves, 2011, p. 20).

No mesmo ano da criação do Grupo Escolar Valdivino Tito houve um marco histórico na educação brasileira pois a Constituição Federal de 1934, incluiu um capítulo referente a educação que diz o seguinte:

A educação é direito de todos e deve ser ministrado, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito

brasileiro a consciência da solidariedade humana. (Constituição Federal de 1934 Título V - Capítulo II - Da Educação e da Cultura).

A partir desse novo texto constitucional, a educação foi destacada pela primeira vez como um direito para todos os cidadãos, os governantes acreditavam que esse novo modelo de ensino era essencial para o desenvolvimento social, mas sempre dando destaque para os valores morais. Também foi incluído nesse currículo escolar assuntos relacionados a saúde e a higiene.

No ano de 1946 o município conta com mais uma escola, mas essa seria privada, o Ginásio Santo Antônio, tendo como idealizador e fundador o padre Mateus Cortez Rufino, que também era diretor da escola, sendo responsável pela formação moral e intelectual de muitos campomaiorenenses.

Foto 2 – Formandos da 1^a turma do Ginásio Santo Antônio



FONTE: <http://bitorocara.blogspot.com.br>.

A Foto 2 – Formandos da 1^a turma do Ginásio Santo Antônio, mostra a colação de grau da turma do ginásio Santo Antônio, momento esse que era esperado por todos os alunos que estudavam, naquela instituição. O ginásio funcionou durante 50 anos e até os dias atuais traz um sentimento de nostalgia aos alunos que frequentaram essa instituição como também possui um marco

importante na cidade de Campo Maior por demonstrar a evolução educacional do município.

Durante esse período de 1946, o Município de Campo Maior tinha como prefeito Waldeck Bona¹ que tinha uma preocupação com a educação destinadas as crianças da Região e através do decreto-lei nº 114, do mesmo ano, ele buscou melhorias. Segundo Chaves (2012, p. 26): “A quantidade de decretos-leis analisados, percebe-se a preocupação de Waldeck Bona com a educação, colocando-a como uma das prioridades nos seus mandatos políticos, desde medida administrativa até de caráter lazer cultural”.

Através dessa afirmação feita por Celso Chaves pode-se perceber que durante seus mandatos Bona tinha uma visão estratégica em relação a educação pois evidenciava que a educação era uma base essencial para o desenvolvimento social.

A política educacional durante o mandato de Waldeck Bona foi somente resumida em caráter administrativa e lazer cultural por se tratar de uma região com carência se tornava difícil a construção de novas escolas ou formação de professores para um melhor ensino para os alunos da época.

A política educacional do governo de Waldeck não teve o privilégio de priorizar um dado do setor educacional (criação de escolas, contratação e formação de professor, fornecimento de material didático), pois era geral a deficiência e carências na educação. A construção, ampliação, lotação de professores e subsídios financeiros à manutenção de unidades escolares públicas e particulares. (Chaves, 2012, p. 26).

Diante dessa perspectiva pôde-se perceber que as propostas do prefeito Bona enfrentavam barreiras e desafios de relevância, pois ficou marcado por insuficiências de recursos como também a falta de planejamentos afim de superar as carências de alguns setores. Isso reflete que as políticas públicas eram incapazes de atender as demandas para um ensino de qualidade.

¹ Waldeck Bona nasceu em Campo Maior em 15 de dezembro de 1908 e faleceu em Teresina, em 30 de fevereiro de 1993. Foi um fazendeiro, comerciante e político brasileiro com atuação no Piauí onde foi prefeito de sua cidade natal (1945-1946 e 1948-1951) e deputado estadual (1955-1963).

Com a posse do prefeito Raimundo Nonato Monteiro Santana¹ em 1950 ele deu continuidade a buscar melhorias para a educação o que já era visado por Waldeck Bona, buscou assim o ensino de qualidade e uma das suas bem feitorias foi a seleção de professores.

De forma corajosa, Raimundo Santana peitou o desafio de melhorar a educação municipal, mesmo sabendo dos empecilhos políticos a enfrentar. Ele começou pela seleção dos professores. Para isso, realizou o primeiro concurso público da história de Campo Maior. O objetivo era moralizar o serviço público. (Chaves, 2022, p. 64).

Diante disso a atitude do prefeito Raimundo Santana em promover o primeiro concurso público de Campo Maior marcou um passo significativo para a valorização e qualificação do ensino da cidade, essa atitude reforça o seu compromisso de que a educação é importante para o desenvolvimento social da cidade.

Durante todo esse período foi criado outras escolas na cidade, afim de que se reduzisse o número de analfabetos no município. Uma bem significativa para o município foi criada em 1953 pelo Padre Mateus Rufino, na qual criou a escola Patronato Nossa Senhora de Lourdes.

¹ Raimundo Nonato Monteiro de Santana nasceu em Campo Maior em 27 de fevereiro de 1926 e faleceu em Teresina em 15 de junho de 2018. Foi professor catedrático de Economia da Universidade Federal do Piauí. Lecionou, também, na Universidade Federal de Brasília e na Escola Superior de Guerra. Foi Prefeito Municipal de sua terra natal no período de (1951-1955).

Foto 3 - Patronato Nossa Senhora de Lourdes



FONTE: <https://wikimapia.org/1566392/pt/.Patronato-Nossa-Senhora-de-Lourdes>.

A princípio, a escola funcionava somente com o ensino primário, como também o sistema de internato para moças. Em 1958 foi firmada um curso pedagógico dirigido pelas irmãs da ordem de Santa Tereza. A escola era particular e tinha como intuito atender a demanda crescente de alunos da cidade.

Ao longo dos anos foram criadas melhorias para o ensino, mas somente nos anos 1960 que a educação escolar começa se firmar tendo grandes avanços, nesse período foi criado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 4.024, em 20 de dezembro de 1961 que tinha como intuito superar as dificuldades impostas na educação.

Somente em 1961, foi implantada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com determinação de vigência em todo território brasileiro. A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), impondo o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem e capacitando para vencer as dificuldades do meio, tinha como objetivo assegurar a educação dos excepcionais a fim de integrá-los à sociedade. (Sousa, 2011, p.112)

A primeira LDB não teve os resultados esperados, contudo foi um avanço significativo para traçar caminhos para educação nacional, pois abriu espaços

para dialogar sobre melhorias para a educação. Em Campo Maior várias escolas foram criadas nesse período, porém todas ofereciam somente o ensino primário: Escola Paulo Ferraz (1965); Petrônio Portela (1966); 13 de março (1966); Monsenhor Mateus (1967); Hilson Bona (1967); Marion Saraiva (1967) e a Escola Particular Jardim da Infância Mamãe do Céu (1964).

Como todas as escolas citadas ofereciam somente o ensino primário no ano de 1966, foi inaugurado o Colégio Estadual de Campo Maior, atendendo uma grande demanda por parte dos pais das crianças para matricular seus filhos no colégio. Nesse período ainda prevalecia o sistema de regime de exame de admissão, e os alunos teriam que fazer uma prova para saber se estavam aptos a cursar os níveis mais avançados de aprendizagem.

No ano de 1966 foi inaugurado o Colégio Estadual de Campo Maior, ainda com o regime de Exame de Admissão logo o colégio que tinha 15 salas ficou lotado, todos queriam fazer o ginásio em uma escola pública. Passou a ser conhecido como o "Colégio Estadual", somente em 2005, recebeu a denominação de Colégio Estadual Jornada Ampliada Professor Raimundinho Andrade CEMJAPRA. (Costa, 2015, p. 27).

A fundação do Colégio Estadual teve uma importância muito grande para a população campomaiorense, por se tratar de uma escola pública dava oportunidades para as famílias locais de baixa renda inserirem suas crianças na instituição. Outro ponto de destaque foi que com a inauguração dessa instituição de ensino reforçou-se a importância das políticas educacionais criadas no período de 1960.

Apesar dessa iniciativa a estrutura das escolas públicas ainda eram um desafio. O jornal **A LUTA** de 1968, abordou a falta de estrutura que as escolas de Campo Maior tinham para atender o público-alvo principalmente as crianças, o jornal evidencia várias limitações enfrentadas na estrutura escolar quando relata o seguinte:

Grande deficiência de nossas escolas é a falta de bibliotecas. Segundo me consta só uma pequena minoria de nossas escolas possuem bibliotecas, assim mesmo inadequadas. Se cada unidade escolar não tem condições de ter sua própria biblioteca, o problema seria resolvido através de uma Biblioteca Central, que atenderia a todas as escolas. Consequência da falta de Bibliotecas é o baixo nível cultural de nossa mocidade. (Sousa, 1968, p.6).

Diante disso essa insuficiência destaca os empecilhos em oferecer uma educação de boa qualidade. A falta de bibliotecas limitava o conhecimento dos alunos perpetuando um alto índice de analfabetismo, limitando o acesso para a população em situação de vulnerabilidade. Em relação a isso o Jornal **A LUTA** argumenta da seguinte maneira:

A porcentagem de analfabetos é grande, a quantidade de crianças em idade escolar que não conseguem matrículas, por falta de vagas, é também muito grande. O que é preciso é que as autoridades compreendam que os dispêndios com educação não constituem simplesmente gastos, mas sim constituem investimentos. (Sousa, 1968, p. 6).

Através dessa reflexão do escritor do jornal, fica evidente que a educação é um investimento essencial para a formação de pessoas críticas, tornando uma sociedade sustentável capaz de superar barreiras enfrentadas na época. Diante dos fatos abordados pelo jornal **A Luta** pode-se notar que por mais que tivessem transformações significantes para a cidade, os governantes eram insuficientes em oferecer uma boa educação, focando somente em prédios escolares, mas sem investir de fato em uma educação de qualidade.

Neste capítulo analisamos a evolução da educação escolar do Município de Campo Maior, porém por muito tempo, o ensino ficou concentrado somente nas mãos de quem possuía um grande poder aquisitivo, diante disso abordaremos no subcapítulo seguinte as referências elitistas do século XX e também, o privilégio que poucos tinham.

2.1 A educação da criança de elite

No início dos anos 1900 foram criadas algumas escolas afins de atender a elite Campomaiorense, essas instituições particulares foram iniciativas de professoras formadas em Teresina que atendiam em seus próprios domicílios as crianças que eram ensinadas, como a da professora Briolanja Oliveira, que mostra a seguir:

Foto 4– Primeira escola de Campo Maior



FONTE: Bezerra, (2024).

A escola da professora Briolanja Oliveira foi criada em 1914, era na porta de sua residência, na qual era destinada para meninos. Atualmente a antiga residência da professora Briolanja Oliveira funciona a Academia Campomaiorense de Ciências Artes e Letras (ACALE). Na mesma época outra professora chamada Maria de Jesus da Costa Araújo, lecionava em sua residência, porém essa era destinada para meninas.

Foto 5 – Escola Professora Maria de Jesus



FONTE: Sousa, (2011).

Pode-se notar que nas duas escolas haviam semelhanças pois eram ensinadas na porta das residências das professoras e atendia as crianças de elite de Campo Maior. O ensino que era ofertado para os alunos não era tão abrangente, se consistia em aprendizado memorizáveis e mudavam de acordo com os conhecimentos adquiridos por cada um.

Segundo Sousa (2011), os alunos e alunas começavam a cobrir letras, depois juntar as primeiras sílabas. Os mais adiantados, faziam tarefas diferenciadas até que todos aprendessem a ler e escrever com desenvoltura. Esses alunos pertenciam a classe social alta. Diante dessa afirmação reforça-se o quanto o ensino não chegava na mão de todos e os que tinham acesso à educação recebiam um ensino raso.

Um pouco mais adiante no ano de 1928 foi criada o primeiro grupo escolar público de Campo Maior Valdivino Tito, com a introdução da escola no município muitas crianças vinham do interior em busca de um ensino melhor, mas algumas deixavam o sonho de lado por conta de serem inseridas muito cedo no trabalho rural. Em entrevista com a senhora Avelina Rosa que deu entrada no colégio nos anos 1950 relatou o seguinte:

A chegada do colégio Valdivino em Campo Maior foi um sucesso, muitas pessoas que moravam em interior que tinham parentes em Campo Maior vinham pra cá em busca de um ensino. Meus tios por exemplo por terem um poder aquisitivo bom, me trouxeram juntamente com minha irmã para a cidade para que pudéssemos ter um ensino de qualidade. (Cunha, 2024).

Diante do relato acima é notório como o ensino da época era priorizado somente por pessoas que tinham como manter seus filhos na cidade, como também muitos não priorizavam tanto a educação pois achavam uma perda de tempo. O Grupo Escolar Valdivino era uma escola que só ofertava da 1º a 4º série, assim quando o aluno concluía essa formação e não havia condições dele para ingressar no ginásio Santo Antônio, ou não conseguia bolsas escolares ofertadas pelo ministério da educação, o mesmo se dava por satisfeito. A senhora Avelina por ter conhecidos da alta sociedade de Campo Maior, conseguiu uma dessas bolsas ofertadas.

Estudei no Valdivino apenas dois anos, após isso fui para o ginásio Santo Antônio pois o Professor Raimundinho Andrade por ser primo de meu pai, conseguiu uma bolsa de estudo para mim e minha irmã e através disso consegui ingressar no ginásio, na qual fizemos o 4º e 5º ano de admissão, seguindo para o 1º a 4º ginásial e conclui o ensino primário no ginásio Santo Antônio. (Cunha, 2024).

É perceptível o quanto o ensino tinha limitações no período em questão, pois pode-se nota que tanto poder aquisitivo, como contatos, influenciavam na continuidade dos estudos. Portanto a ofertas de bolsas como no caso da senhora Avelina viabiliza uma oportunidade para enfrentar barreiras. Outra limitação enfrentada na educação era em relação aos recursos pedagógicos na qual não eram ofertados como atualmente. Conforme Cunha (2024), na época em que estudava tinha que comprar o livro pois a única que tinha um era a professora, ela comprava eles já usados, naquela época os alunos já tinham consciência de preservá-los para terem a condição de repassar para os alunos seguintes.

Nos anos de 1967 Campo Maior já contava com alguns grupos escolares, porém a educação da elite ainda se destacava por ter um ensino mais aprimorado em relação a escola pública. Em entrevista com Silvia Melo, aluna que obteve ensino em escolas de elite como, Patronato Nossa Senhora de Lourdes, Jardim de Infância, Ginásio Santo Antônio e Colégio Normal Santa Teresa de Jesus, ela relata que na época em questão o ensino ainda consistia no método tradicional, na qual cada matéria tinha sua forma de ensinar de forma decorada, assim relata:

Decorávamos fórmulas, tempos dos verbos, poesias, regiões do Brasil, capitais, principais cidades, rios, população, economia etc. conforme o mapa mundi, decorávamos a tabuada pra realizar as 4 operações; órgãos, ossos e músculos do corpo humano; classificação dos animais, habitat etc. (Sousa, 2024).

Através desse relato pode-se perceber que embora sejam utilizados métodos tradicionais e memorizáveis, era uma característica relevante do período, por aprimorar mais matérias do que eram oferecidas nos períodos anteriores.

De acordo com uma ficha individual do ano letivo de 1967 do Colégio Normal Santa Teresa de Jesus, fornecida por Sousa (2024), é perceptível matérias como: Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Biologia,

Desenho, Religião e Recreação. Na ficha disponibilizada pela entrevistada Sousa (2024), conta-se com os meses do ano com as notas que a aluna tirou em cada mês. Diferente do que se aplica na nossa atualidade, as notas eram acima de 10 e chegava a 100 e no fim do semestre, somavam e dividiam dando uma média final. As notas de Silvia, de acordo com o que foi fornecido eram todas acima da média, no qual resultou na em uma boa aprovação com uma média geral de 83.

Dessa forma é importante destacar uma matéria chamada recreação, matéria essa que tinha como intuito do desenvolvimento da criança, o que seria um avanço em relação aos outros períodos. Na época em questão havia separação de turmas, nas aulas de educação física, como também em algumas séries, na qual os meninos eram separados das meninas. Destaca Sousa (2024): “Educação Física as 6 horas da manhã 2 vezes por semana, (meninas separadas dos meninos) e nas Primeira e Segunda séries do Ginásial meninos separados das meninas”. Essa atitude descrita por Silvia destaca os valores impostos pela sociedade da época na qual influenciavam muito nas normas escolares da época.

Outra perspectiva que influenciava muito no regime escolar era a Igreja Católica, Campo Maior por se tratar de uma cidade bastante religiosa e a maioria dos colégios particulares serem fundados e administrado por pessoas de caráter religioso, como as freiras que eram da direção do patronato e o Pe. Monsenhor Mateus diretor do Ginásio Santo Antônio. As normas das escolas eram voltadas para o catolicismo, dentro desse cenário os pais depositavam total confiança nas escolas, e não tinham um controle de irem na escola como os dias atuais e nem de se aprofundar em assuntos escolares com os filhos.

Os pais não comentavam sobre educação, ou seja, ensino, era assunto claro, de plena confiança sob a égide da religião católica. Ginásio Santo Antônio, Patronato e Escola da D. Mulata Nossa Senhora Auxiliadora digamos “particular” e Centro Operário, dirigidos por religiosos consagrados, com excelente desempenho de ensino. (Sousa, 2024).

Diante do que foi descrito percebe-se que os pais não apenas consideravam a escola como um espaço de aprendizagem intelectual, mas também olhavam como um caminho para as crianças seguirem valores cristãos, contudo eles não questionavam os métodos e conteúdos que eram repassados aos seus filhos, pois a educação era focado para o religioso.

Com relação às festividades escolares essas eram esperadas por todos, como as festividades do mês das mães por se tratar de uma das poucas vezes em que estas iriam na escola dos filhos. Os alunos empolgavam-se pois nessas datas comemorativas tinham toda uma cerimônia para se apresentarem para seus familiares, outro motivo por ser tão esperada era para usarem os uniformes considerados de gala

Foto 6 – Silvia Melo com roupa de gala



FONTE: Sousa, (2024).

É notório a satisfação de Silvia ao usar o uniforme, evento ocorrido quando a aluna tinha 7 anos no ano de 1967. Essas festividades demonstravam não só um momento de confraternização entre família e escola, mas fortalecia o elo entre a comunidade, reforçando a importância da educação na sociedade. Destacamos também o uso dos uniformes para a participação dos alunos nos eventos, o que tornavam as celebrações mais especiais, na qual futuramente traria nostalgia para aqueles que passaram por aquela instituição de ensino. A educação de elite em Campo Maior apesar de ter sido oferecida para uma minoria do município foi de importância para aqueles que tiveram a oportunidade de cursar o ensino oferecido por essas escolas particulares, pois de alguma forma interferiu na vida dessas crianças, como relata Sousa na entrevista concedida:

Particularmente fui influenciada pelos meus professores pois me tornei professora. No curso Normal ou pedagógico também ensino de excelência. Tenho as melhores recordações e guardo os ensinamentos morais e éticos que lá obtive/vivi. Abriam- se muitas oportunidades.

Alunos de Campo Maior eram brilhantes grande maioria e se destacavam. (Sousa, 2024).

Contudo apesar do grande prestígio que as crianças de elite tinham em frequentar as escolas particulares e terem o privilégio de um ensino que atendia as necessidades que lhes eram impostas, Campo Maior também tinha outra realidade que era a da criança na zona rural, na qual também o ensino era destinado apenas aqueles que tinham uma boa condição financeira, os filhos de fazendeiros. Com isso nesse próximo subcapítulo analisamos como a educação chegava a esses meninos que não tinham como se deslocar a cidade para se obter o mínimo de ensino.

2.3 Educação da criança do Campo

Campo Maior nos anos de 1930 estava em desenvolvimento, o município cuja economia era voltada para extração da cera de carnaúba como também para criação de gado, muitos campomaiorense tiravam sua renda dessas duas formas, da extração de carnaúba e também na função de vaqueiro no caso do campo onde muitos fazendeiros contratavam pessoas para ajudar nessas funções em troca de um sustento. Diante desses fatores muitas famílias tiravam o seu filho da escola ou até mesmo não permitiam que eles tivessem acesso à educação pois tinham que atender as necessidades que lhe eram impostas pelos pelo núcleo familiar no que se diz ajudar nas labutas diárias.

Um pouco mais adiante por volta dos anos 1950 a educação do campo consistia de forma rigorosa, no qual os alunos sofriam castigos dados pela professora da época, o ensino consistia em um contexto de memorização como o alfabeto e inicialmente os números de 1 a 10. Em entrevista com o Domingos Abreu ele relata o seguinte:

A professora passava a lição que era o alfabeto e somátorio pra nós alunos estudar, na hora das perguntas e o aluno não soubesse responder a letra perguntada ou a resolução numérica, já era motivo de levar palmatórias. Eu mesmo fui vítima de palmatórias, pois quando a professora me perguntava e eu não sabia responder a chamada “carta de ABC” e o colega soubesse, ali eu já estirava a mão na espera da palmatória. (Abreu, 2024).

O relato acima evidência como as práticas escolares consistiam em métodos impositivos e com punições. Essa forma de instrução refletia os obstáculos pedagógicos quanto a forma que se tinha de ensinar na época citada. Outro motivo de punição era caso o aluno fosse indisciplinado, com isso a punição se tornava mais rigorosa, assim aborda Domingos:

A minha professora na época era dona Osmarinda essa não media esforços quando era pra castigar, lembro de uma vez que um colega de turma quis me morder eu muito danado revidei jogando uma ponta de lápis nele, a professora não pensou duas vezes e já logo me deu palmatorias e me deixou de castigo de joelhos a manhã toda. (Abreu, 2024).

Diante disso, reforça-se o quanto os professores da época não tinham pena de castigar e mostram assim um ambiente escolar rígido cercado pelo autoritarismo. Essa abordagem evidencia as limitações do ensino na qual as práticas não eram humanizadas, fazendo refletir as mudanças que foram acontecendo nos períodos subsequentes, e apesar de que essas práticas tenham sido abandonadas elas acabam que deixando marcas nas memórias das pessoas que as vivenciaram.

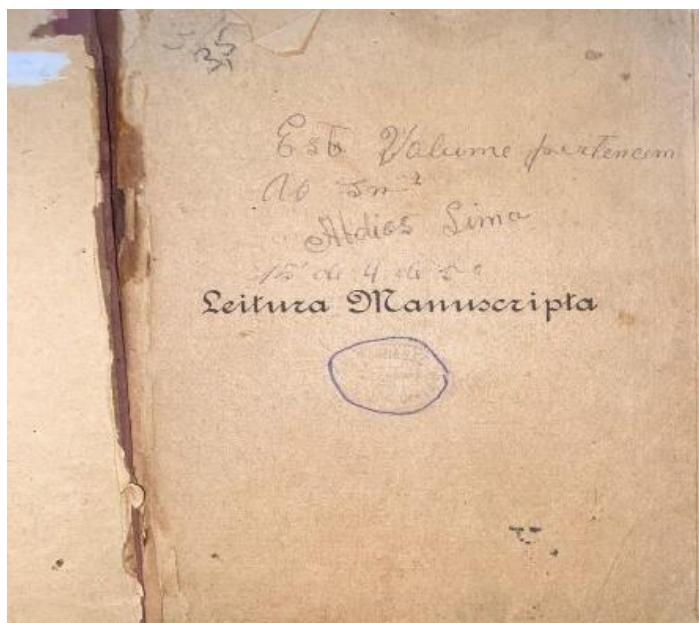
Com relação a estrutura das instituições por mais que fossem financiadas pela prefeitura do município, a condição não era das melhores. Segundo Domingos (2024), a escola que frequentava no interior de Campo Maior, era de paredes de adobo, telhado e com bancos de madeira, onde também não havia merenda e o espaço era localizado bem distante da sua casa, onde ele percorria a distância a pé. Motivos esses que, como também ter que deixar a escola para trabalhar no campo, faziam com que se houvesse bastante evasão escolar, como também um número elevado de analfabetismo.

A educação na época não era algo tão valorizado pelos pais, aqueles que trabalhavam em fazendas logo retiravam seus filhos da escola para ajudar a cuidar do gado e as mulheres para ajudar a mãe nos afazeres de casa. Domingos (2024), relata que por vários obstáculos enfrentados na escola, como também a pedido do seu pai para que saísse da escola para lhe ajudar no campo, só concluiu o ensino até a terceira série. O mais curioso é que Domingos (2024), também no mesmo relato afirma que sua mãe era professora e saía da sua casa

para ensinar filhos de fazendeiros, por tanto o que se pode tirar através desse relato é que por mais que os pais tenham conhecimento de que a educação seria um caminho para evolução dos filhos, muitas vezes tinham o sonho interrompido por ter que ajudar nos afazeres familiares.

Em relação às memórias de escola, muitos se apegavam aos livros que ensinavam a caligrafia, de modo que se pudessem copiar as letras que tinham neles pois era valioso ter uma letra bem-feita e legível. Em entrevista com Maria Fernandes Sousa (2024), ela relata que o seu pai na década de 1950 veio do Ceará trazendo um livro que mostrava como ter uma boa caligrafia, livro esse que foi utilizado pelo mesmo e repassado para seus filhos iniciantes na escola na década de 1970.

Foto 7– Livro usado por Abdias Lima



FONTE: Abreu, (2024).

Através da Foto 7 pode-se notar que Abdias Lima tentou reproduzir a letra que tinha no livro, afim de que se pudesse ter uma caligrafia atraente aos olhos da sociedade.

Na década de 1970 por mais que a educação na cidade tenha tido um avanço, como um aumento nas matérias, o ensino destinado as crianças continuavam tendo lacunas. No campo ainda existia a função de pessoas com maior formação serem contratadas para irem nas casas ensinar os filhos de

algumas famílias. No caso da localidade Varjota, onde existia muito essa questão de contratar o “mestre”, assim relata Maria Fernandes Sousa:

Meu pai com muito esforço contratou um senhor para ensinar eu e meus irmãos, o chamado “mestre” assim o chamávamos em sinal de respeito, na época o ensino que ele nos repassava era o mínimo, pois a maior preocupação era em saber assinar o nome para colocar nos documentos, o mestre nos ensinava as silabas as quatros operações de matemática e quando se tinha o mínimo de conhecimento ele já ia embora. (Sousa, 2024).

Por meio desse relato é notório que nem todos os pais queriam que seus filhos fossem inseridos na sociedade muito cedo, mesmo com dificuldades alguns acreditavam que a educação era o caminho por mais que fosse de forma limitada. Após anos foi criado uma escola próxima aquela localidade pois só podia ter escolas uma distância de 50 km cada, a escola Dr. Mano Castelo Branco, porém ainda com uma estrutura bem precária sendo uma casa sem parede, coberto de palha, sem fornecimento de merenda, a Senhora Maria Fernandes Sousa relata:

A instituição de ensino DR. Mano Castelo Branco foi uma esperança para nós moradores da localidade Varjota, para conseguir pegar bancos que na época eram contados, tínhamos que sair cedo e a pé afim de não passarmos a aula em pé, minha mãe preparava algum lanche pra gente comer na volta da escola pois por não ser ofertado lanche escolar, tínhamos que levar algo para comermos no caminho. (Sousa, 2024).

Através desse relato pode-se observar as adversidades enfrentadas pelos alunos dessa localidade. Diante desse esboço anterior sobre a estrutura escolar é importante destacar as séries que eram oferecidas para as crianças desse período em questão. Segundo Sousa (2024), as turmas eram dívididas de acordo com o grau de aprendizagem de cada aluno, como por exemplo, 1º ano “A fraco” e no ano seguinte se o aluno se desenvolvesse bem iria para o “A forte” adiante para o 2º ano, essas funcionavam na parte da manhã. Na parte da tarde os alunos mais avançados ficavam em turmas seriadas na qual uma professora tinha que ministrar aula para todas essas turmas. Diante disso é possível notar os desafios para que se pudesse ter uma educação inclusiva e que tenha o mínimo de conhecimento em um local onde se encontrava com recursos escassos e práticas educacionais em andamento.

É importante destacar também as matérias que eram ofertadas nessa época em questão, pois diferente dos anos 1950 relatado pelo senhor Domingos, nesse período já eram ofertadas matérias como português, matemática, estudos sociais e ciências. Segundo Sousa (2024):

Na segunda feira estudávamos português, na qual tínhamos que ler o conteúdo passado e copiar todinha no caderno e elaborava 10 questões e a professora perguntava as respostas que havíamos feito, no dia de ciências não era aquele ensino que temos nos dias de hoje, a professora ensinávamos sobre as plantas e como cozer os alimentos, a matemática a professora nos chamava no quadro para resolver as questões, enquanto não aprendesse não saia de frente do quadro.
(Sousa, 2024).

Perante o exposto as práticas realizadas pela professora citada demonstram o esforço em trazer assuntos que eram disponíveis no período adequado às necessidades e barreiras que existiam na localidade abordada. Um fato que acontecia desde as épocas anteriores era de quando terminavam o 4º ano, as pessoas de boas condições se direcionavam a cidade grande em busca de dar continuidade aos estudos, ou começavam a dar aula para pessoas com o ensino menos avançado. Em relato Maria Fernandes Sousa aborda:

Tanto eu como minha irmã ao terminar o 4º ano tínhamos o desejo de vim a cidade estudar, mas meu pai com hábitos dos métodos tradicionais não deixou pois segundo ele o único diploma que ganharia na cidade era uma gravidez, no entanto nos contentamos e nos tornamos professoras para crianças que tinham ensino menos avançado. (Sousa, 2024).

Diante desse relato, os pensamentos conservadores e autoritários como o do pai de Maria Fernandes limitavam oportunidades de avanço educacional, principalmente para mulheres. No entanto essas lacunas não impediram que algumas pessoas contribuissem com a educação local, pois torna-se professora mesmo que não obtendo o diploma, contribuía de alguma forma com o ensino de crianças com um saber menos elevado.

Com relação aos uniformes daquela época, as pessoas que obtinham uma boa condição financeira mandavam fazer para seus filhos, já os que não tinham vinham com as roupas que usavam no dia-a-dia. Outro fato, é que naquela época tinham-se dificuldades de adquirir o material escolar, as crianças só tinham

o caderno e o lápis, no entanto isso era só um detalhe perto de tantas dificuldades enfrentadas, o que importava mesmo para os alunos daquela localidade era ir à escola adquirir o conhecimento ofertado pelo colégio.

Foto 8 - Irmãos de Maria Fernandes Fardados



FONTE: Abreu, (2024).

Através da foto é visível o quanto padronizado eram os uniformes, meninos usando calção e camisa de botão, já as meninas usavam saia, segundo Sousa (2024), na época os cadernos não eram aspirais e o lápis era dividido no meio para os irmãos. Segundo a entrevistada uma grande felicidade era quando conseguiam sacos de arroz para guardar os materiais para levar para a escola.

Portanto ressalta-se que os períodos citados nesse capítulo não foram fáceis e nem de opulência para as crianças. Em oposto, a realidade enfrentada era bem limitada, mas apesar das adversidades enfrentadas muitas famílias buscaram a educação como um caminho de solução para muitos problemas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender o processo histórico social sobre a formação do conceito de infância desde a idade média onde começou a surgir o conceito de infância até chegar o contexto de Campo Maior, durante o século XX. A pesquisa em questão expôs que a infância não deve ser despercebida, mas deve ser moldada historicamente por fatores sociais, econômicos, políticos, educacionais e culturais.

Ao longo do primeiro capítulo é perceptível que a construção da concepção da infância passou por diversas construções ao longo do tempo, desde a idade média na qual a criança era vista como adultos em miniatura até chegar nos direitos que se tem nos dias atuais. Baseado no estudo de Phillippe Ariès, ficou entendido que a infância como etapa distinta da vida teve reconhecimento de forma lenta, mas todo estudo e valorização sobre a Infância foi essencial para que a criança ganhasse espaço na sociedade.

No que se refere ao Brasil Colonial e Imperial ao discorrer do capítulo foi perceptível que essas duas épocas foram marcadas por desigualdade sociais, como também econômicas e raciais, durante o período colonial a criança escravizada e de baixa renda eram tratadas com desprezo, sendo impedidas de receber afetos e educação formal, já sendo inseridas ao trabalho nos primeiros anos de vida, enquanto as crianças vindas de família de elite tinham acesso a uma educação voltada para aos valores patriarcais da época.

Em relação ao período imperial ficou claro que por mais que na teoria houvesse leis que favoreciam a infância, como por exemplo a do ventre livre, na prática pouco se existiu mudança, pois a infância continuava com restrições, como a educação que ainda permanecia sendo um privilégio para a população da classe alta. Outro fator era a influência da Igreja pois como no Brasil Colonial ela ainda tinha um forte poder sobre como deveria ser vista a criança e também sobre como família deveria ser construída.

Ao abordar o Estado do Piauí ficou notório que as restrições e desigualdades que existiam durante o período Colonial e Imperial permearam ainda uma boa parte do século XX no solo piauiense, pois a sociedade da região era marcada por privação escolar e também por um alto índice de mortalidade

infantil. Ao decorrer deste trabalho ficou perceptível que tais dificuldades que assolava o Piauí foram sendo mudadas lentamente, após discussões de literatos e médicos sobre o real sentido de infância, na qual precisaria do afeto e cuidados para que se garantisse uma vida prolongada, além de governantes do Estado que entenderam que a escolarização não era restrita apenas a pessoas de classe alta.

Diante da análise de dados desenvolvida neste trabalho, ficou evidente que as vivências infantis foram bastante impactadas pela classe social, raça, gênero e localidade em que habitavam. Em exemplo, as crianças da elite que tiveram privilégios como: acesso à educação formal, na qual era negado as crianças vindas de famílias pobres e do meio rural, nisso ponderando as desigualdades que existiam na sociedade piauiense.

No que se refere a cidade de Campo Maior, foi percebido que a educação foi se formando de forma lenta e com muitas restrições, a princípio a mesma era fornecida apenas a grupos de elite. Mesmo com criações de instituições escolares, que tinham como intuito fornecer uma educação principalmente para crianças que viviam em situação de vulnerabilidade, essas não foram bem-preparadas para fornecer um ensino de qualidade.

Ademais, o trabalho procurou enaltecer a memória de cada relato que foi debatido nas entrevistas fornecidas, dando espaço para que cada entrevistado relatasse sua vivência infantil de forma única e se sentisse à vontade em abordar sobre o passado vivido. Através das histórias de vidas fornecidas foi perceptível o quanto importante é trabalhar com histórias vivas, dar voz a quem não teve oportunidade de relatar sobre suas experiências em documentos oficiais, tornando-os autores principais da sua própria história.

Finaliza-se este estudo com a compreensão de que a valorização da infância como fase específica da vida humana foi um desenvolvimento histórico demarcada por avanços e declínios. A abordagem sobre o Piauí e o município de Campo Maior coopera para a compreensão sobre o contexto infantil brasileiro, mostrando a necessidade de políticas públicas mais eficientes, como também o reconhecimento da memória social como processo de justiça histórica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Domingos Pereira de. Depoimento. **Entrevista concedida a Idalice de Almeida Abreu.** Campo Maior, 09 de novembro de 2024.

ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 33.

ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. p. 146.

ALVES FILHO, João. **Vultos e Fatos da História de Campo Maior.** Campo Maior, Edição do autor, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Trad. de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BERNARDES, Elizabeth Lannes. Imagens da criança entre a colônia e o império. **ANPUH–SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII**, p. 1-7, 2005.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. A infância em Teresina nas primeiras décadas do século XX. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, n. 3, p. 1-21, 2009.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Entre a História e a memória: práticas masculinas no Piauí otocentistas. Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 45, 2012. p. 12.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX.** Teresina: EDUFPI, 2008.

CHAVES, Celson. **História da Educação Campo-Maiorense: políticas educacionais da Prefeitura de Campo Maior (1945-1975).** Campo Maior: edição do autor. 2012.

CHAVES, Gonçalves Celso. **Os prefeitos de Campo Maior.** Campo Maior, Editora UICLAP. 2022.

COSTA, Willame Samuel Almeida, **A História da Educação Escolar ocorridas nas décadas de 1930 a 1990 na cidade de Campo Maior – PIAUÍ.** Trabalho

de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Estadual do Piauí. Campus Heróis do Jenipapo. Campo Maior, 2015.

CUNHA, Avelina Rosa Melo. Depoimento. **Entrevista concedida a Idalice de Almeida Abreu**. Campo Maior, 13 de novembro de 2024.

ESCOLA Correcional Quinze de novembro. In: **DICIONÁRIO da Administração Pública da Primeira República**, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3dtrcGH>. Acesso em: 31 de outubro de 2024.

FALCI, Miridan Britto Knox. **A criança na província do Piauí**. Teresina Academia Piauiense de Letras CEDHAL, 1991.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984. p. 411.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. **Crianças escravas, crianças dos escravos**. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 184.

Jornal A Luta. 1968. Campo Maior, 17 de novembro de 1968.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**. Tradução de Lorenzo Mammì. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008. p.14-15.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. A mãe cuidadosa também enterra os seus anjinhos: a mortalidade infantil no Piauí (1889-1945). **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 10, n. 2, p. 154-176, 2019.

MAUAD, Ana Maria. **A vida das crianças de elite durante o Império**. In: PRIORE, Mary del (Org.). História das crianças no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

RIZZINI, Irma. **O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. São Paulo: editora Cortez, 2011.

Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. - Brasília: MEC/SEF, 1997.

SOUZA, Maria Fernandes Lima de. Depoimento. **Entrevista concedida a Idalice de Almeida Abreu**. Campo Maior, 23 de novembro de 2024.

SOUZA, Silvia Maria Melo de. **Educação e Educadores de Campo Maior**, Gráfica e Editora Realce. Teresina, 2011.

SOUZA, Silvia Maria Melo de. Depoimento. **Entrevista concedida a Idalice de Almeida Abreu**. Campo Maior, 27 de novembro de 2024.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.15.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **O mal que se adivinha: polícia e menoridade no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.